



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº

16

DESPACHO:

EM Pauta PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Rib. Preto, 02 FEV 2017

Marcia
Presidente

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 174/15 DE 22 DE MAIO DE 2015 (REGIMENTO INTERNO) DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUAL CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPARÊNCIA.

Senhor Presidente,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

Art. 1º – Ficam, pela presente resolução, acrescidos dispositivos à resolução nº 147/15 de 22 de maio de 2015 (Regimento Interno da Câmara Municipal), da seguinte forma:

I – Fica alterado o inciso I do Art. 40 do Regimento Interno, com a seguinte redação:

Artigo 40 – ... omissis ...

“I - PERMANENTES, as que subsistem através das legislaturas, integradas, a de Constituição, Justiça e Redação, a de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária, a de Comunicação, e a de Transparência por 5 (cinco) membros, e as demais por 3 (três) membros;

II – Fica acrescido de inciso de nº XVII o parágrafo único do Art. 41 do Regimento Interno, com a seguinte redação:

Artigo 41 – ... omissis ...

Luizinho Meigs

Marcia
[Signature]

[Multiple signatures]



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Parágrafo único: ... *omissis*...

XVIII – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA”

III – Fica acrescido ao Regimento Interno o artigo 85 A com a seguinte redação:

“ Artigo 85 – A – Compete à Comissão de Transparência opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias relacionadas aos princípios de governança aplicados a administração pública, como transparência, controle, prestação de contas e indicadores de desempenho. Ademais, a comissão de Transparência é responsável por promover estudos, discussões e proposições a respeito do tema, e a interação entre câmara e instituições de ensino, entidades e organizações, para que em conjunto atuem em prol do desenvolvimento, geração de conhecimento e aplicação das melhores práticas em transparência na administração pública.

ARTIGO 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de fevereiro de 2017.

Adauto Marmita
Vereador - PR

Alessandro Maraca
Vereador - PMDB

Andre Trindade
Vereador - DEM

Bertinho Scandiuzzi
Vereador - PSDB



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Boni
Vereador - Rede

João Batista
Vereador - PP

Elizeu Rocha
Vereador - PP

Lincoln Fernandes
Vereador - PDT

Fabiano Guimarães
Vereador - DEM

Jean Corauci
Vereador - PDT

Gláucia Berenice
Vereadora - PSDB

Jorge Parada
Vereador - PP

Igor Oliveira
Vereador - PMDB

Luciano Mega
Vereador - PDT

Isaac Antunes
Vereador - PR

Marinho Sampaio
Vereador - PMDB

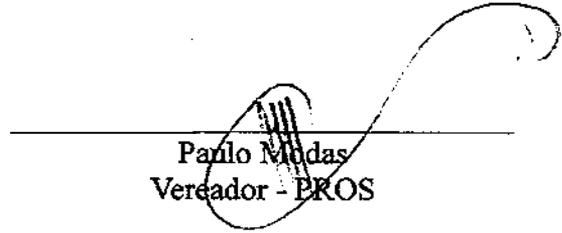


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

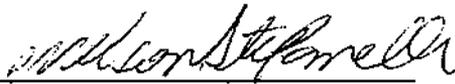
Estado de São Paulo



Mauricio Gasparini
Vereador - PSDB



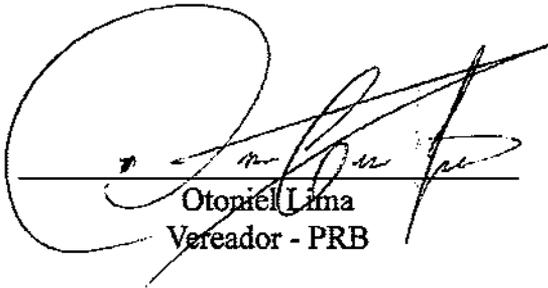
Paulo Modas
Vereador - PROS



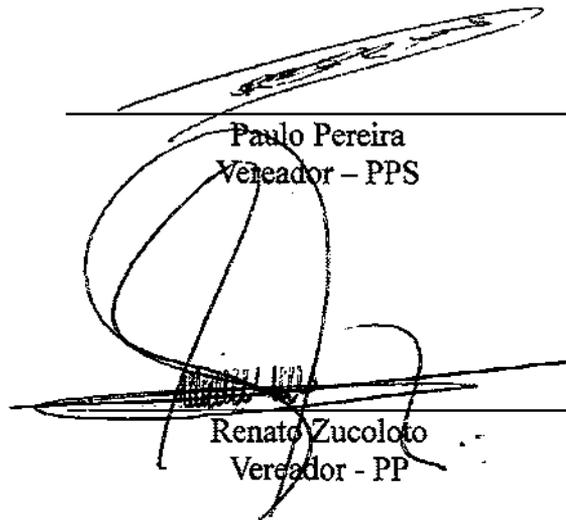
Nelson das Placas
Vereador - PDT



Paulo Pereira
Vereador - PPS



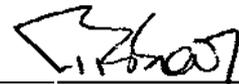
Ottoniel Lima
Vereador - PRB



Renato Zucoloto
Vereador - PP



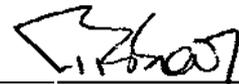
Marcos Papa
Vereador - Rede



Rodrigo Simões
Vereador - PDT



Mauricio Vila Abranches
Vereador - PTB



Waldyr Villela
Vereador - PSD



Orlando Pesoti
Vereador - PDT



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Justificativa:

Nos últimos meses inúmeras foram as notícias sobre as ações do Ministério Público e Polícia Federal no município de Ribeirão Preto. Estes apontaram desvios de verbas públicas nos cofres municipais, o que culminou com prisões e afastamentos de suspeitos, tanto de agentes políticos do poder executivo, prefeitura, quanto do poder legislativo, câmara municipal.

A operação denominada Sevandija investiga um esquema de desvios de cerca de R\$ 203 milhões em Ribeirão Preto (SP). Com isso, a chefe do Executivo foi presa em uma das etapas da operação Sevandija, a operação Mamãe Noel, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (GAECO).

Além disso, em 2016, o presidente da Câmara de Ribeirão Preto foi afastado do Legislativo junto com outros oito vereadores, suspeitos de participarem dos desvios, e foi preso na terceira fase da Operação Sevandija, batizada de Operação Eclipse da PF e Gaeco. As operações investigam o recebimento de propina, bem como participação em esquema irregular para a indicação de funcionários terceirizados na prefeitura.

Com isso, aponta-se a necessidade da transparência e a aplicação dos princípios de governança na administração pública, com o objetivo de garantir maior controle tanto pelo poder responsável, o legislativo, quanto o controle social, por meio do envolvimento de cidadão.

Para consolidar a transparência pública na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, bem como na Prefeitura, perpetuando sua base no longo prazo e na busca pela vanguarda no cenário nacional, torna-se basilar o investimento e esforço em ações desta casa. Dessa forma, reconhece-se a necessidade de aprimoramento, estudo e construção em grupo, de forma a produzir mudança institucional sobre o tema transparência, justificando assim, a criação de uma comissão permanente em transparência.